

NOVOS MONOPÓLIOS! NOVAS CONCESSÕES MONOPOLISTAS!

Interesse que desperta entre todas as camadas da população portuguesa a apresentação de uma candidatura da Oposição para a Presidência da República, tem como causa principal o descontentamento crescente que nessas camadas da população provoca a política monopolista do governo de Salazar.

A classe operária e as outras classes trabalhadoras debatem-se na miséria e sofrem duramente as consequências da política de congelamento dos salários e da privação das mais elementares liberdades sindicais.

As classes médias sentem-se cada vez mais sufocadas economicamente e mais ameaçadas na sua própria existência como classes, devido ao domínio das grandes empresas industriais e agrícolas, pelo domínio do grande comércio e, sobretudo, pela acção da banca.

Tudo isto se faz para proveito dos monopólios e dos monopolistas.

O governo de Salazar, que é um governo inteiramente ao serviço dos monopólios, além das numerosas concessões monopolistas que têm feito desde a sua subida ao poder, acelerou nos dois últimos anos o número de concessões dos monopólios nacionais e estrangeiros.

Desde Janeiro de 1957 até Março deste ano o governo salazarista fez concessões monopolistas em Portugal e nas colónias portuguesas a todo um conjunto de grandes empresas capitalistas. A MAIORIA DAS QUAIS ESTA LIGADA A PODEROSOS TRUSTS ESTRANGEIROS, particularmente norte-americanos. Citemos alguns exemplos.

A recente criação da SOCIEDADE PORTUGUESA DE LAPIDAÇÃO DE DIAMANTES, celebrada com discursos entusiásticos ao gabinete do ministro da Economia, reuniu o voto do rendoso monopólio da lapidação de diamantes no nosso País, um trust inglês que desde há muito negociava em Londres os diamantes colhidos em Angola (DIAMOND CORPORATION), a famigerada Companhia dos Diamantes de Angola — empresa monopolista dominada pelos trusts anglo-americanos que exploram em Angola o trabalho escravo de 18.000 pessoas e apresenta lucros líquidos anuais superiores a 150.000 contos) — juntamente com os bancos de Angola, Fonseca, Santos & Viana e Teta, este último propriedade da omnipotente C.U.F.

O aparecimento da SOCIEDADE PORTUGUESA DE PETROQUÍMICA, sob a protecção governamental, veio enlaçar os interesses das maiores empresas monopolistas do País em volta da indústria dos derivados do petróleo. Ao lado do conhecido monopólio da SACOR encontram-se na direcção desta nova empresa outras empresas monopolistas como as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade de Lisboa, a União Fabril do Azeite e Amoníaco Portugueses — estas duas últimas controladas pela CUF, que assim monopoliza a produção de sulfato de amónio no País e pode, por consequência, ditar livremente preços, o que constitui grave ameaça para a lavoura portuguesa — juntamente com a empresa belga SAPEC e a Companhia dos Fornos Eléctricos, esta última beneficiária de escandalosa protecção pautal no fabrico de carbureto de cálcio. As grandes empresas produtoras de adubos químicos encontram-se assim enlaçadas, o que certamente irá fazer-se sentir nos preços futuros dos mesmos, pois é o primeiro passo para o monopólio de facto no fabrico de adubos.

Também a criação da SOCIEDADE DE NITRATOS DE PORTUGAL obedece aos mesmos propósitos monopolistas de concentração das empresas produtoras de adubos químicos, pois dentro dele se encontram também a SACOR, o Amoníaco Português, o SAPEC e a Companhia de Fornos Eléctricos, esta última concessionária do fabrico de cianamida cálcica.

Em volta da zona da instalação fabril da SIDERURGIA NACIONAL levantou-se grande celeuma no arraial salazarista, devido a choques de interesses, mas prevaleceram, como era de esperar, os intangíveis interesses da C.U.F., ligada fortemente a este novo monopólio por elevada participação no seu capital social e por laços de parentesco da família Manuel de Melo com o seu principal organizador, o capitalista António Champalimaud. Por isso se vai instalar desde já a fábrica do Saizal e se deixa para as Calendas gregas a fábrica a instalar em Matozinhos. Como os principais jazigos de minério de ferro nacional se encontram situados em Moncorvo e pertencem ao trust alemão do aço VEREIGNITE STALLWERKE (por concessão feita pelo governo de Salazar em 1943), o ministro da Economia teve de ir negociar à Alemanha a compra dessa concessão pela Siderurgia Nacional e troca da participação da sociedade DEMAG, afiliada desse trust noz, na instalação de fábricas do Saizal, negócio esse que monta a 1.500.000 contos. Vemos hoje comprar aos trusts alemães aquilo que lhe demos em 1943!

No começo deste ano foi assegurado de novo o monopólio do fabrico de tabacos às duas empresas monopolistas que exploram esta rendosa indústria há já 30 anos, a COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS (empresa franco-belga-portuguesa de que é administrador o ex-ministro das Obras Públicas, Eng. José Frederico C.R. Ulrich) e a TABAQUEIRA, propriedade da C.U.F.

A recente criação de empresa SONEFE, com participação de capitais do Estado visa claramente o monopólio da distribuição e produção de energia hidro-eléctrica em Angola. Para já, essa empresa chamou a si a distribuição de energia das centrais das Mabubas e térmica de Luanda e obteve também a concessão do aproveitamento hidro-eléctrico do principal rio de Angola, o Quanza.

As riquezas naturais das colónias portuguesas estão a provocar uma verdadeira corrida dos imperialistas estrangeiros e portugueses, mas sobretudo dos norte-americanos, para a monopolização dessas riquezas. Nos últimos meses a prospeção e exploração do petróleo nas colónias portuguesas, deu origem a várias concessões por parte do governo salazarista. Assim é que a concessão de pesquisas petrolíferas na região de Cabinda, em Angola, foi entregue em 1957 à CABINDA GULF OIL, empresa monopolista irmã da concessionária de Moçambique — a MOZAMBIQUE GULF OIL — ambas subsidiárias do trust norte-americano GULF OIL, dominado pelo multimilionário Mellon, o «rei do petróleo».

A pesquisa do petróleo na Guiné portuguesa foi entregue em Março deste ano à ESSO EXPLORATION GUINE, INC., empresa constituída nos Estados Unidos e subsidiária do poderoso trust Standard Oil, da Nova Jersey, dominado pela família Rockefeller, os «reis do petróleo».

Os jazigos de petróleo de Timor vão ser explorados por uma empresa fundada no fim do ano passado na Austrália, a TIMOR OIL COMPANY, cujos capitais são de origem norte-americana e canadiana, embora

possua 1/3 desse capital a empresa australiana Oil Drilling.

Tem-se falado muito nos últimos tempos no petróleo de Angola, de que já se está a abastecer o nosso País. Porém, não se diz que os poços donde jorra esse petróleo foram concedidos há anos à Petrofina, trust belga, que depois formou em 1957 a COMPANHIA CONCESSIONÁRIA DOS PETRÓLEOS DE ANGOLA, empresa com um capital social de 900.000 contos, onde a Petrofina e outras empresas associadas a este trust têm posição dominante. A própria Petrofina não passa, por sua vez, de ser mais do que uma ramificação franco-belga do trust anglo-holandês Royal-Dutch-Shell.

Começa-se a falar na possível montagem da indústria do alumínio em Angola. Por isso a pesquisa do minério de alumínio (a bauxite) em Angola e na Guiné foi entregue o ano passado à firma holandesa N. V. BILLITON MAATSCHAPPIJ, o que certamente não garantirá grande independência económica a esta nova indústria.

O que se está a passar com a empresa COMPANHIA DO CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA toma aspectos escandalosos. O contrato com o Estado foi renovado em Dezembro de 1957, mas os interesses da colónia de Angola não foram mais uma vez devidamente acautelados, pois o Estado confiou a possuir unicamente um décimo do capital social desta companhia, cabendo o restante ao poderoso trust anglo-americano Tanganyka Concessions. Os lucros que esta empresa está a apresentar são inéditos: em 1954, por exemplo, teve de lucros líquidos confessados 146.000 contos e fez ao mesmo tempo amortizações no valor de 665.000 contos, o que quer dizer que teve perto de um milhão de contos de lucros brutos!

A uma nova empresa — a SCOFAL — que tem como principal accionista um poderoso trust japonês, foram concedidos em 1957 direitos de pesquisa de minérios na Guiné, bem assim como o montagem de uma fábrica de celulose.

Como vemos por esta pequena amostra, a lista das concessões monopolistas feitas pelo governo de Salazar no País e nas colónias portuguesas é interminável, o ministro Real Ventura parece querer bater os seus antecessores! Estas concessões têm tendência para ir aumentando de ano para ano se a isso não se opuser a vontade do nosso povo e dos povos coloniais, pois as empresas monopolistas beneficiam de tais favores por parte do governo de Salazar, proporcionam dividendos de tal forma chorudos aos seus accionistas e oferecem remunerações de tal forma principescas aos seus administradores, delegados do governo, etc, que grandes capitalistas e ministros salazaristas se unem na busca de novas concessões rendosas, na certeza de que elas os enriquecerão e indiferentes ao que elas significam de trágico para o povo português e para os povos coloniais.

As condições da vida do povo português e das colónias, a independência do nosso país, estão a ser calçadas pelos interesses egoístas dum punhado de monopolistas e de políticos reaccionários. A luta por uma mudança de regime, a luta pela democracia no nosso País é uma luta em defesa da Pátria, é por isto que devemos intensificar as acções de luta pelas liberdades democráticas e apoiar decididamente o candidato democrático nas próximas eleições para a Presidência da República.

O GOVERNO DOS MONOPÓLIOS E DOS MONOPOLISTAS

No Programa do Partido Comunista Português salienta-se que o governo de Salazar é o governo da grande burguesia monopolista, dos banqueiros, grandes industriais, grandes lavredores e grandes comerciantes. Os ministros fascistas estão ligados à banca, à grande indústria, à agricultura latifundiária e ao comércio monopolista. Por isso mesmo, todo o labor governativo dos ministros fascistas se dirige para serviço da grande burguesia monopolista e se faz contra os interesses de todas as outras camadas da população, que constituem a maioria esmagadora do País.

Salazar tem recrutado muitos dos seus ministros nas esferas do alto funcionalismo do Estado ou de organização corporativa. Muitos desses homens, embora fossem fascistas, não tinham até essa data ligações directas com as grandes empresas monopolistas. Mas uma vez nas cadeiras do poder, inspirados por Salazar que é o mais vil laço do capital monopolista e financeiro e dos imperialistas e fomentadores de guerra, serviram-se da sua influência política para enriquecerem e alcançarem lugares raudos em novas empresas capitalistas, ou nas já existentes, entraram e mercadejar descaradamente a sua influência política como elementos do governo.

Há pelo menos 29 ministros e antigos ministros de Salazar ocupando 70 cargos de direcção em grandes empresas capitalistas, fora 13 subsecretários de Estado ocupando 22 cargos de direcção também, nesses empresas, ou seja um total, entre ministros e subsecretários de Estado, de 42 PESSOAS E 92 CARGOS DE DIRECÇÃO!

Na impossibilidade de publicarmos aqui os nomes e cargos de todos esses ministros e subsecretários de Estado (o que será feito em folheto a editar brevemente), lembraremos somente que alguns desses ministros se encontram na direcção das principais empresas capitalistas do País, muitas das quais beneficiando de escandalosas concessões feitas ou renovadas pelo governo, como é o caso da SACOR, da Companhia dos Diamantes de Angola, do Banco de Angola, do Banco Nacional Ultramarino, do C.P., da SOPONATA, das novas empresas hidro-eléctricas, etc., etc. Ministros ou antigos ministros como os D^{rs}. Marcelo Caetano, Rafael Duque, Soares da Fonseca, Vieira Machado, Vieira Barbosa, Castro Fernandes, Costa Leite, Paulo Cunha, Supico Pinto, Caeiro da Mota, Teotónio Pereira, Pires de Lima, Lopes da Fonseca, Leite Pinto, Cavaleiro Ferreiro, Sarmiento Rodrigues, Baccalar Bebiano, Ortiz Bellencourt, Teófilo Duarte, Júlio Botelho Moniz, Duarte de Lemos, Gracia Ramirez e vários outros encontram-se hoje directamente ligados ao grande capital monopolista, cujos interesses servem.

Quatro dos embaixadores de Salazar ocupam 20 cargos de direcção em importantes empresas capitalistas (Duque de Palmela, Ruy Ulrich, José Nosolini e Augusto de Castro). Alguns governadores gerais de Angola trocaram o governo da colónia pela administração da Companhia dos Diamantes de Angola, que é bem mais rendosa, embora só pudessem chegar à direcção desta através daquela, como é o caso de Freitas Morna, Serra Guedes, Ernesto de Vilhena,

etc. No concelho de administração do Banco Nacional Ultramarino, estão, ou estiveram até há pouco, os ministros e antigos ministros: Marcelo Caetano, Castro Fernandes, Vieira Machado, Rafael Duque, Teófilo Duarte, e Teotónio Pereira. No monopólio da SACOR encontram-se Costa Leite e Lopes Fonseca. No Banco de Portugal estão Gásparo da Mota e Rafael Duque. Na CP estão Mário de Figueiredo e o actual ministro de Educação Leite Pinto. Na Companhia Colonial de Navegação, Soares da Fonseca e Sarmiento Rodrigues. Na Companhia de Moçambique Gomes Pereira e Mendes do Amaral, etc., etc.

Na direcção de empresas comandadas por poderosos trusts estrangeiros encontram-se: Costa Leite (SACOR), Marcelo Caetano (Lâmpadas Lumiar), Eng^o Casal Ribeiro Ulrich (Comp. Portuguesa de Tabacos), Eng^o. Vieira Barbosa (ISOLA), Eng^o. Baccalar Bebiano (Standard Eléctrico e Betumínosos de Angola), Supico Pinto (Comp. do Caminho de Ferro de Benguela), Caeiro da Mota (Explosivos da Trajaria), Lopes da Fonseca (SACOR e Rádio Marconi), Eng^o. Sebastião Ramirez (Explosivos da Trajaria, e Comp. Lusitana de Fósforos), o ministro da Educação Leite Pinto (Cimentos Cibra), e o Coronel Gomes Pereira (Comp. de Moçambique), etc., etc.

O que aqui fica apontado é o que é notoriamente conhecido, faltam muitas outras ligações mais ou menos secretas. No entanto, julgamos que o pouco que aqui fica apontado permite-nos formular algumas perguntas concretas:

Serão estes homens, ligados a grandes empresas industriais e ao patronato mais reaccionário, capazes de se interessarem por uma melhoria da situação da classe operária e das outras classes trabalhadoras? Estarão por acaso dispostos a concederem um aumento de salários ordenados e vencimentos para as classes trabalhadoras, eles que servem o grande capital explorador dessas classes?

Poderão estes ministros evitar o esmagamento das classes médias pelas grandes empresas monopolistas, elas que estão ao serviço dessas mesmas grandes empresas? Poderá o governo de Salazar pôr cobro à acção dos monopólios e dos monopolistas na vida económica e política do País, se esse governo é constituído por homens ligados ao capital monopolista?

Poderão defender os interesses nacionais, os interesses da indústria e da agricultura nacional, ministros ligados e poderosos a trusts estrangeiros interessados em subordinar a nossa economia aos seus interesses gananciosos?

Não, não podem! É aqui que se encontra a raiz profunda do mal-estar em que vivem hoje as classes trabalhadoras e as classes médias, é aqui que se encontra a razão de ser da política anti-nacional do governo! A prosperidade dos monopólios e dos monopolistas e dos seus trusts de ferro faz-se à custa do povo português e da independência da Nação. Por isso se impõe lutarmos inflexivelmente pela mudança de regime que assegure ao país e via pacífica e independente e ao povo português o bem-estar o que tem direito.